

Coluna do Castello

Sarney quer definição-já



O presidente José Sarney não se mostra disposto a se deixar enredar por medidas dilatórias no que tange ao pedido feito aos chefes dos dois principais partidos que o apóiam para que definam de uma vez por todas a questão da duração do seu mandato. Embora sem fixar prazo rígido ele espera para os próximos dias uma resposta adequada dos Srs. Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves, aos quais transmitiu sua convicção de que a intranquilidade nacional da qual emergem boatos alarmantes tem sua raiz na tentativa de desestabilizar seu governo feita pelos "antecipadores de mandato". No fundo eles são os mesmos que tentaram, logo após a instalação da Constituinte, arrogar-se o direito de mediante atos constitucionais assumir o controle dos poderes da República, principalmente do Legislativo e do Executivo.

O presidente da República disse na oportunidade do último encontro com aqueles dirigentes partidários que não deixará de agir para atender conveniências caso o PMDB e o PFL não lhe deem uma resposta clara e satisfatória. Nesse sentido é que ele invocou o verso de Rimbaud, já citado por alguns jornais: "Par délicatesse/j'ai perdu ma vie". Diante da ameaça de desestabilização da sua presidência, o Sr. José Sarney disse que não terá contemplação nem delicadeza. Ele tomará a iniciativa de tentar compor na Assembléia Constituinte e no Congresso Nacional uma base político-parlamentar que restabeleça a estabilidade do governo e lhe permita operar interna e externamente como chefe responsável do Estado brasileiro.

Se os dirigentes políticos não se mostrarem capazes de comandar sua representação política e parlamentar obtendo delas o livre pronunciamento sobre sua disposição quanto ao presente e ao futuro imediato o governo federal irá à mobilização dos seus instrumentos de apoio para superar a eventualmente confessada incapacidade de comando que for revelada por seus interlocutores. O presidente não se deixaria conter por dilações tais como a transferência de decisões para convenções partidárias que demandariam um tempo demasiado longo para atender a emergência criada pelo golpismo que o Planalto identifica em setores radicais do PMDB que estão a estimular os que pretendem suprimir o mandato presidencial, sob pretexto de que terminou a transição democrática. O presidente confia no entanto na sensibilidade e na sabedoria do Dr. Ulysses Guimarães.

O Sr. José Sarney não fala mais em continuar a reforma ministerial, embora tenha ainda a intenção de trocar pelo menos dois ministros de Estado, mas provavelmente retomará a recomposição do seu governo se for compelido a usar seus próprios instrumentos de ação para constituir uma maioria confiável na Constituinte e no Congresso. Não se refaz uma estrutura de apoio político a um governo sem que se deem ao novo dispositivo os instrumentos de poder necessários a compactar a maioria.

O que parece intolerável ao Palácio do Planalto é a continuidade por mais alguns dias da instabilidade política, social e econômica que não permite uma operação governamental segura visando a restabelecer a confiança interna na estabilização da economia nem viabiliza a continuação das negociações externas em torno da dívida. A falta de credibilidade do governo, a qual se implantou dentro e fora do país, deve ser rapidamente superada e para tanto o governo não hesitará em usar mão dos seus instrumentos políticos para dar às medidas do governo a efetividade necessária. Enfim, o presidente José Sarney não pretende por delicadeza perder sua vida nem seu governo.

O governo não leva a sério os rumos de possível renúncia, hipótese com a qual não se compatibiliza o próprio temperamento do presidente, nem jamais esteve na sua cogitação. Foi do ministro Aureliano Chaves a sugestão para que seja atribuído ao atual presidente o mesmo mandato que a Constituinte definir para os futuros presidentes. O Sr. Ulysses Guimarães insistiu na opção do mandato de cinco anos. Ambos ouviram do Sr. Sarney que não tem problema de poder nem pretende deixar que aspirações pessoais sejam usadas como instrumento de barganha. O que ele pede aos partidos é decisão política, de vez que afasta preliminarmente qualquer hipótese de defender teses jurídicas, principalmente junto à Justiça, para preservar o mandato de seis anos. Ele quer um mandato definido politicamente pelos partidos e pela Constituinte.

Do ponto de vista econômico, a decisão do fato político é da maior urgência e ele precisa dar condições ao ministro Bresser Pereira para adotar as medidas adequadas a firmar sua política de estabilização com o apoio do PMDB e do PFL. O ministro da Fazenda, numa reunião social anteontem, à noite em São Paulo, na casa do Sr. Olavo Setúbal, que homenageava o embaixador Rubens Barbosa, novo secretário especial para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, ouviu reiteradas manifestações de confiança dos principais líderes empresariais ali presentes.

Carlos Castello Branco

Constituinte quer eleição em 88 e novo regime

BRASÍLIA — Se fossem obrigados a decidir agora, os constituintes reduziriam de seis para quatro anos o mandato do presidente José Sarney e adotariam o parlamentarismo como novo regime político do país. Foi o que apurou uma consulta feita pelo JORNAL DO BRASIL na quarta e quinta-feira, que ouviu 383 parlamentares, ou seja, 68,5% dos 559 deputados e senadores que integram a Constituinte. Em relação à média dos parlamentares presentes no Congresso nos dois dias da consulta, a sondagem alcançou 84,9%.

Quase a metade dos consultados (49,6%) é favorável a eleição para presidente em 1988, conferindo, portanto, quatro anos de duração para o mandato de Sarney. Os que preferem a eleição em 89 — cinco anos de mandato — atingiram 20,3%. A percentagem dos que querem dar um mandato de seis anos ao atual presidente foi de 21,1%. A tendência revelada pela consulta mostra que a preferência pelas diretas em 88 supera inclusive a soma dos que assinalaram as outras duas alternativas — 49,6% contra 41,4%. Apenas 34 constituintes (8,8%) optaram por não responder a esse item.

A maioria dos constituintes quer que o mandato de Sarney seja igual ao dos seus sucessores. Foram computados 216 votos (56,3%) para esta alternativa e 151 votos (39,4%) para uma duração do mandato de Sarney distinta da dos futuros presidentes.

A Constituinte hoje é parlamentarista. Duzentos e quatorze deputados e senadores (55,8% dos consultados) querem a adoção do parlamentarismo, contra 145 (37,8%) que defendem a manutenção do presidencialismo. Muitos parlamentares sugeriram fórmulas como presidencialismo mitigado, presidencialismo com maior controle do Congresso, semi-presidencialismo (um voto) e regime misto (nove votos).

São parlamentaristas 56,8% dos constituintes que querem a eleição para presidente em 88. Essa percentagem sobe para 88,4% entre os que querem um mandato de cinco anos para Sarney, com eleições em 89. Volta a cair, porém, entre os que desejam as eleições somente em 1990, ficando em apenas 25,9%.

Maioria responde as três perguntas

A consulta feita pelo JORNAL DO BRASIL mobilizou quatro repórteres com experiência na cobertura do Congresso Nacional, que ouviram representantes de todos os partidos. No PMDB foram consultados 204 parlamentares — 67,3% da bancada. Foram consultados 83 constituintes do PFL, número que significa 63,1% do total. O PDS compareceu com 24 votos, que perfazem 64,1% de sua bancada. Vinte e três dos 26 constituintes do PDT (88,4%) responderam às três perguntas. O PTB apareceu com 42,1% de sua bancada e o PT com 81,2%. Foram ouvidos três dos sete constituintes do PL, todos os constituintes do PCB (três), do PC do B (cinco), do PSB (dois) e do PMB (um), e quatro dos seis constituintes do PDC.

Nos dois dias em que a consulta foi realizada, a presença no Congresso, segundo a lista oficial, era a seguinte: 458 constituintes na quarta-feira e 445 no dia sete. A média de presença nos dois dias foi de 451 constituintes. A consulta atingiu 84,9% da média dos constituintes presentes.

A pesquisa constou de três perguntas. A primeira pedia a definição da data da eleição do sucessor do presidente José Sarney. Três datas eram oferecidas aos constituintes: 1988, 1989 e 1990. A segunda pergunta indagava se o mandato de Sarney deveria ser igual ao do seu sucessor. A terceira pergunta foi sobre o sistema de governo. O voto foi secreto.

Foram ouvidos 374 constituintes e registrados 383 votos. Motivo: sete parlamentares votaram mais de uma vez. O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) votou três vezes. O mesmo comportamento teve o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG). Votaram duas vezes os deputados Del Bosco Amaral (PMDB-SP), Ademar de Barros Filho (PDT-SP), Basílio Vilani (PMDB-PR), Nilson Gibson (PMDB-PE) e José Moura (PFL-PE). Somente o deputado José Moura procurou uma das repórteres para alegar descuido, declinar seu voto e solicitar a anulação de um de seus dois questionários. Os votos duplos ou triplos — nove, ao todo — representam apenas 2,4% do total, uma margem de erro aceitável no trabalho.

Dodora Guedes, Maria Inês Nassif, Teresa Cruvinel e Vanda Célia

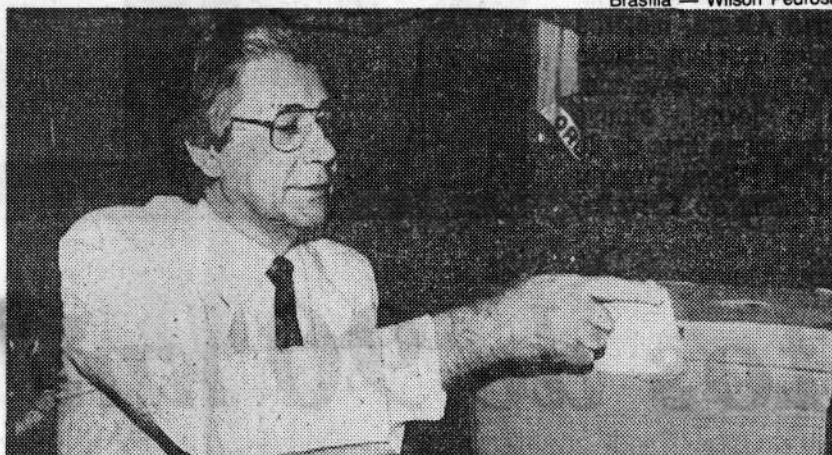
Em que data deve ser eleito o sucessor de Sarney?

Ano da eleição	Votos	% entrevistados	% Constituinte
1988 (mandato de 4 anos)	190	49,6	33,98
1989 (mandato de 5 anos)	78	20,3	13,95
1990 (mandato de 6 anos)	81	21,1	14,49
Em branco, nulos e outros	34	8,8	6,08
TOTAL	383	99,8	68,5

Que regime político a Constituinte deve adotar?

	Votos	% entrevistados	% constituintes
Parlamentarismo	214	55,8	38,28
Presidencialismo	145	37,8	25,93
Outros, em branco e nulo	24	6	4,29
TOTAL	383	99,3	68,5

Brasília — Wilson Pedrosa



Covas, a favor de 4 anos, deposita o voto na urna

Um recado para o presidente

Villas-Bôas Corrêa

O deputado Ulysses Guimarães e o ministro Aureliano Chaves estão dispensados das canseiras de uma consulta às bases do PMDB e do PFL, das fatigantes reuniões de bancada para levar ao presidente José Sarney, na bandeja das ilusões, a resposta tão obstinadamente reclamada sobre a definição do seu mandato: nem quatro, nem cinco e nem seis anos. Mas, para começo de conversa, parlamentarismo.

A consulta do JB confirma a tendência entrevista em sondagens anteriores com a vantagem da atualização dentro de um novo quadro de crise. E, se a lógica não for agredida numa virada imprevisível, a Constituinte marcha, a passos firmes e largos, para uma experiência parlamentarista.

Nada sugere a reversão de uma inclinação que se consolida, firme e estável, no patamar de 57% dos 60% dos constituintes ouvidos. A amostragem, ratificando o esperado, tem a vantagem de liquidar dúvidas.

Antes de avançar nas articulações encomendadas ao Dr. Ulysses e instaladas à lealdade do Aureliano Chaves, a tática do governo terá que ser reformulada para desvendar o novo segredo que se embute na opção da Constituinte: que modelo adaptado de parlamentarismo resultará de um originallíssimo, inédito esquema de elaboração constitucional, que começa na ampla frente de 24 subcomissões, afunila para as oito comissões temáticas, espreme-se na comissão de sistematização antes de desembocar no plenário para a batalha final do voto definitivo?

Parlamentarismo é, por hora, apenas uma intenção reafirmada na véspera do voto, no clima da crise que veio para ficar, moldura indesejável da Constituinte.

Com parlamentarismo e dependendo um pouco de mistura inevitável com as práticas do presidencialismo, a discussão sobre o mandato se esvazia como balão de gás alfinetado por travessas mãos infantis.

Ainda assim, com todas as ressalvas, convém analisar os dados complementares da sondagem. Sem ligação ostensiva com a opção pelo regime, a preferência por quatro anos de mandato afirmou-se em 49,6% dos constituintes de todos os partidos. Com a hipótese dos cinco anos minando para inexpressivos 21%, e o sonho do Cruzado dos seis anos registrando o pesadelo de um residual míngua de 16%.

Os índices percentuais justificam as amarguras dos desabafores presidenciais. Afinal, Sarney seguiu o Cruzado além de todas as adições suturadas pela timidez do então ministro João Sayad para garantir a estrondosa vitória eleitoral do PMDB em 15 de novembro. E disparou a antimágica do Cruzado II no azarado momento em que ele atingiu o seu mandato.

Os seis anos seriam festivamente emplacados até a fatídica noite de 21 de novembro, quando da lúgubre comunicação do falecimento do Cruzado. O que quer dizer que o bom bocado foi saboreado pelo PMDB. Para Sarney, sobrou o amargo e o azedo do milagre desfeito.

Ao menos como especulação, não se pode descartar a possibilidade de uma negociação que encaixe o parlamentarismo num mandato de cinco anos. Para acertar coincidências de mandatos e amaciar a transição.

Mais, parece impossível. A Constituinte definiu-se: parlamentarismo com quatro anos para Sarney. Com jeito, talvez para espichar para cinco.

E olhe lá.

As opiniões de quem decide pelo eleitor

BRASÍLIA — "Estamos mesmo com fome de voto", disse o líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, ao responder ao questionário organizado pelo JORNAL DO BRASIL. Tal como ele, a maioria dos constituintes participou sem problemas da consulta, que os procurou no plenário, nas subcomissões, nos gabinetes e auditórios, e até nos restaurantes da Câmara e do Senado.

Apesar da garantia de voto secreto, muitos fizeram questão de preencher o questionário na frente do repórter. Não foi o caso do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, que permitiu a entrada só do fotógrafo em seu gabinete.

Como estava sem óculos, o senador Afonso Aripas (PFL-RJ) pediu que as perguntas fossem lidas e ditou as respostas. O deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), ex-malufista e tido como conservador, exibiu o formulário com a resposta favorável a eleições diretas para presidente da República no ano que vem e cobrou: "Agora vocês não podem mais reclamar de mim. Estamos do mesmo lado, não estamos?"

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) propôs eleições só em 1990 e pediu presidencialismo forte, justificando: "Eu era parlamentarista, mas com essa crise da reforma ministerial compreendi que este país precisa mesmo de autoridade". O filho do presidente José Sarney, deputado Sarney Filho (PFL-MA), olhou o formulário e fez humor: "Por que não colocaram também 1995?"

O deputado Delfim Netto (PDS-SP) não hesitou, mas perguntou: "É contra quem?". Depois de ler as perguntas, respondeu: "É contra o mandato". A deputada pernambucana Cristina Tavares, da esquerda medebista, disse antes: "Já nem quero eleições diretas. Agora quero é guilhotina". Não explicou para quem.



Delfim Netto



Sarney Filho

Preferência do povo em Porto Alegre é diretas em novembro e Brizola

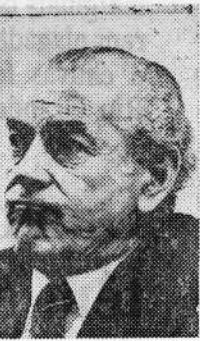
PORTO ALEGRE — Cerca de 91% dos portoalegrenses ouvidos esta semana numa pesquisa desejam eleições diretas para a Presidência da República entre este ano e 1988. Do total, 54% querem essas eleições já em novembro, e o candidato preferido para sucessor do presidente José Sarney é o ex-governador Leonel Brizola, com 43% numa lista de 20 nomes. A segunda opção, com 15%, foi "nenhum deles" e o terceiro colocado foi o ex-ministro Dilson Funaro, com 7%.

Os dados são de uma pesquisa da Fatorial Planejamento e Análise, encomendada pelo jornal Diário do Sul, do grupo da Gazeta Mercantil. Na amostragem foram entrevistadas 302 pessoas de diferentes níveis socioeconômicos, faixas etárias e sexos, numa amostragem representativa do eleitorado gaúcho, de acordo com dados do Tribunal Regional Eleitoral.

A preferência por diretas em novembro deste ano (54%) é bem mais acentuada do que as outras opções constatadas pela pesquisa: 23% dos entrevistados querem que as eleições presidenciais sejam em novembro do ano que vem e só 14% responderam que deve ser após o encerramento dos trabalhos da Constituinte.

Brizola (45%) lidera uma lista de possíveis candidatos onde, abaixo de Funaro (7%), aparecem os nomes do governador de São Paulo, Orestes Quércia (6%), do governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon (5%) e do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, e do presidente nacional do PT, deputado Luís Inácio da Silva, ambos com 4%.

Os demais citados são o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães; o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves; o deputado e ex-ministro Delfim Netto (PDS-SP); o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), o ex-governador Hélio Garcia, de Minas; o senador Marco Maciel (PFL-PE); o senador José Richa (PMDB-PR); o prefeito de São Paulo, Jânio Quadros; o ex-deputado Paulo Maluf; o ex-governador Franco Montoro, de São Paulo; o governador da Bahia, Waldir Pires; e o presidente do PMDB deputado Ulysses Guimarães. Todos ficaram na faixa dos 2% de preferências.



Leonel Brizola